



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA VII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
– CERH, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO
DE 2018.

1 Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às nove horas, no Auditório do
2 Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM), teve início a **VII REUNIÃO**
3 **EXTRAORDINÁRIA** do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), sob a Presidência do Sr.
4 Thales Samuel Matos Belo, presidente do CERH, com a participação da Secretária Executiva do
5 CERH – Verônica Jussara Costa Bittencourt; e com o assessoramento da reunião a Sra. Luciene
6 Mota de Leão Chaves - Diretora de Recursos Hídricos - DIREH. Constavam os Conselheiros: Maria
7 de Belém de Nazareth Gomez – CONSELHEIRA SUPLENTE DA SEPLAN; José Waterloo Lopes
8 Leal – CONSELHEIRO TITULAR DO CREA-PA; Grece Kelly Alencar - CONSELHEIRA SUPLENTE
9 DA OAB; Gláucio Ilan Oliveira Pinto da Silva Torres – CONSELHEIRO SUPLENTE DO
10 SINDIAMBIENTAL; Giovanni Chaves Penner – CONSELHEIRO SUPLENTE DA UFPA; Valdinei
11 Mendes da Silva - CONSELHEIRO TITULAR DO IFPA; Jorge Luiz Botelho Soares –
12 CONSELHEIRO SUPLENTE DA FAEPA; Tiago Ferreira da Cunha – CONSELHEIRO TITULAR DA
13 AMAT CARAJÁS; Orlando Osvaldo de Sousa Sobrinho – CONSELHEIRO SUPLENTE DO COIMP;
14 Solange Valadares Dias – CONSELHEIRA TITULAR DO CODESEI; Consuelo Castro –
15 CONSELHEIRA TITULAR DA SEDAP; Leonardo Augusto Lobato Bello – CONSELHEIRO
16 SUPLENTE DA SEDOP; Hildegardo de Figueiredo Nunes - CONSELHEIRO TITULAR da
17 SEDEME; Haroldo Costa Bezerra - CONSELHEIRO TITULAR DA CPH; Iloé Listo de Azevedo -
18 CONSELHEIRO TITULAR DA FAPESPA; Rogério da Silva Lima - CONSELHEIRO TITULAR DA
19 SINDARPA; Carlos Alberto do Amaral - CONSELHEIRO TITULAR DA CEPAPA; Luciano Torres
20 Madeira - CONSELHEIRO SUPLENTE DO SIMINERAL. Estiveram presentes para prestação de
21 assessoria jurídica a Sra. Rebeca Heitz – Coordenadora do Núcleo de Estudos Legislativos da
22 SEMAS (NEL/SEMAS) e Ana Carolina (NEL/SEMAS). Estiveram presentes também servidores da
23 DIREH/SEMAS que integram a Secretaria Executiva do CERH, tais como, Sheyla Brasil, Alan Silva,
24 Érica Azevedo, Waldeli Mesquita e a estagiária Jéssica Lima. Estiveram presentes ainda na
25 reunião, mas na condição de convidados ouvintes a representante da SEDEME – Ana Patrícia
26 Ramos Araújo; o representante da ARSEP – Affonso Henrique S. Filho; o representante da OAB –
27 Éder Victor Oeiras Leite; o Pesquisador e Professor da UNIFAP Antônio Sardinha; os Estudantes
28 do IFPA – Stefany Costa Brandão e Helisandra Vitória Menezes Pires. O **Presidente do CERH**
29 **Thales Belo** inicia a reunião citando o primeiro ponto de pauta que seria a aprovação da ATA da
30 reunião passada e pergunta se todos haviam recebido o documento enviado para o e-mail de cada
31 um, vindo a plenária a confirmar o recebimento e a não necessidade da leitura. A Diretora de
32 Recursos Hídricos - DIREH **Luciene Chaves** expõe, através do data show, o texto da ata para a
33 visualização de todos e o **Presidente do Conselho Thales Belo** pergunta se alguém tinha alguma
34 objeção, complementação ou sugestão, e sem registro de nenhuma manifestação da plenária é
35 aprovada a referida ATA por unanimidade. O **Presidente do CERH** dá seguimento à reunião,
36 abordando o segundo ponto de pauta, que diz respeito à aprovação da Resolução quanto a
37 Instituição dos Comitês de Bacias, fazendo apresentação da Sra. Rebeca Heitz (coordenadora do
38 NEL/SEMAS) que passa a expor as alterações/adequações da assessoria jurídica no referido
39 documento. Assim, a Coordenadora Rebeca discorre sobre aspectos jurídicos necessários à
40 composição da resolução, os quais esclarece sua relevância, aponta alguns pequenos ajustes de
41 redação e justifica que o setor jurídico apesar de uma demora talvez na entrega do documento,

42 teve cuidado maior para apreciar a legislação dentro de uma formatação de um processo
43 administrativo específico que deu total segurança ao setor na aprovação da resolução como
44 parecer final, já que todos os requisitos legais e formais foram apreciados. Informa também que o
45 procedimento após a aprovação do CERH é o encaminhamento da resolução para publicação no
46 Diário Oficial do Estado para depois ser disponibilizado no site do CERH. Neste momento o
47 **Presidente do CERH** explica que esses pequenos ajustes foram necessários e que essa
48 tramitação obedece a um rito que passa pelo setor técnico, depois segue para o núcleo legislativo
49 para só assim ser submetido à plenária do Conselho. E lembra que apesar de já se ter essa
50 Resolução aprovada *ad referendum* em reunião anterior, será nesta reunião, com o quórum
51 necessário, que a aprovação será considerada. Neste momento abre ao pronunciamento dos
52 conselheiros e a **conselheira suplente da OAB Grece Kelly** solicita a palavra apresentando uma
53 dúvida quanto à introdução do novo “Considerando” da Resolução se a Lei de Reestruturação
54 Administrativa do Estado do Pará, aprovada em 2015, teria alterado a Política Estadual de
55 Recursos Hídricos e a Política Estadual do Meio Ambiente, no tocante a existência de seus
56 sistemas, alegando que se isso não aconteceu, não se pode juntar a pasta dos recursos hídricos
57 com a do Meio Ambiente. A Coordenadora Rebeca explica que a legislação não alterou a política
58 em si, mas o sistema integrado que vai fomentar a política e que vai executar os seus instrumentos.
59 Salienta que, embora se tenha a observância das peculiaridades de cada área, não se pode
60 esquecer que o SEGRH é instituído na própria Política Estadual de Recursos Hídricos, mas que
61 está se desenvolvendo agora um sistema de integração (SISEMA) que vai ser gerido pela SEMAS,
62 conservando-se as políticas instituídas nas áreas específicas dos recursos hídricos e na área
63 ambiental. **A Conselheira Grace Kelly** afirma que entende que o fato de os dois sistemas serem
64 independentes, acredita não poder ser usada a nomenclatura SISEMA, porque ela vai influenciar o
65 resto da Resolução. **O Presidente do Conselho Thales Belo** salienta que o Sistema de Recursos
66 Hídricos não deixou de existir, houve apenas a integração a nível de sistemas de recursos hídricos
67 com o de Meio Ambiente, mas que cada qual se sustenta de forma isolada, contudo, na sua
68 atuação eles precisam da integração. Coloca uma preocupação com relação ao CERH não julgar
69 processos administrativos instaurados da área ambiental, mas que o COEMA hoje está julgando
70 processos que são instaurados para apurar infrações administrativas relacionadas a irregularidades
71 hídricas, e isto ocorre não por conta da integração, pois a rigor é competência do CERH o
72 julgamento desses processos. Então sugere que todos os atos de apuração por parte da Semas
73 deverão ser encaminhados ao CERH e que fora conversado com a **Secretária Executiva**
74 **Verônica Bittencourt** da necessidade dos conselheiros terem uma orientação sobre essa tratativa,
75 para as câmaras técnicas se apropriarem a respeito dessa demanda, para que esses processos,
76 essas decisões administrativas possam ocorrer no âmbito deste Conselho, até por uma questão de
77 competência originária. **O Sr. Presidente do Conselho Thales Samuel Matos Belo** explica que
78 quando se trabalha, por exemplo, uma infração administrativa ambiental e o objeto dela está muito
79 bem observado e identificado é factível que se traga para o Conselho de recursos hídricos ou que
80 se leve para o Conselho de meio ambiente. Mas admite que quando se vai pegar a sinergia
81 existente entre o ato infracional e o efeito danoso nunca se tem como dividir o que impactou
82 somente à água ou impactou somente à agenda florestal, ou o que impactou somente uma agenda
83 de infraestrutura. Continua explicando à conselheira Grece Kelly a necessidade de se balizar um
84 sistema integrado não mudando as suas políticas, mas integrando a gestão de elaboração. Neste
85 momento sugere ao Conselho pautar a deliberação de votação de uma política integrada. **O**
86 **conselheiro Giovanni Penner** que preside a CTIL ressalta que essa questão em relação à sigla
87 integrando os dois sistemas de meio ambiente e recursos hídricos foi amplamente discutida nas
88 últimas reuniões. Ressalta que foi uma questão que aflorou nos colegas que atuam na área jurídica
89 e integrantes da CTIL, justamente sobre essa junção que poderia ser questionada juridicamente no
90 futuro. Questiona se é constitucionalmente defensável, já que se está mudando um termo que está
91 presente na política estadual de meio ambiente e um outro que está na política estadual de
92 recursos hídricos. E, que, portanto, são duas leis que nesta resolução talvez o Conselho esteja
93 ultrapassando os limites de uma lei. Explica que não vai levantar essa questão até porque não é da
94 sua área técnica de atuação, mas que se a Assessoria Jurídica do Estado e a Procuradoria do
95 Estado endossou, então será totalmente favorável ao que foi apresentado, só ficando receoso de
96 serem questionados no futuro com relação à legalidade. **O conselheiro titular da CEPAPA,**

97 **Carlos Amaral** pediu a fala para fazer um retrospecto do início do conselho, alegando que sobre a
98 reforma administrativa ela não teve anuência do conselho. Ele concordou com a fala da conselheira
99 Grece Kelly e afirmou que o Secretário traz uma nova fala do que ele já vem se posicionando, a
100 qual se refere ao papel de cada um no Conselho e o que o mesmo fazia. Ressalta ainda, que é
101 através do artigo 13 (que trata dos usos sujeitos a outorga), que convém tratar exatamente desse
102 viés e questiona como é que sai o aporte de recursos dessas bacias hidrográficas para a
103 manutenção desse sistema. **O Sr Carlos Amaral** considera ainda que no âmbito dos recursos
104 hídricos, considera o maior ator o setor pesqueiro, porque ele é produtor. E finaliza, abordando o
105 que considera um problema que é o da renovação das espécies que as pessoas costumam
106 conhecer como seguro defeso, alegando ser na verdade uma lei ambiental, uma indenização
107 ambiental pra renovação e proteção das espécies. Tal questão, ele ressalta ser de suma
108 importância pra discutir dentro do Conselho. **O Presidente do Conselho Thales Belo** a partir da
109 fala do conselheiro Carlos do Amaral compreende que convinha, portanto, alterar o artigo 13 na
110 alínea G aonde pesca estava junto com turismo, lazer e outros usos não consuntivos, propondo
111 que se mantivesse o texto pesca, sendo incluído apenas o termo aquicultura. Assim, para
112 comportar os usos turismo, lazer e outros usos não consuntivos é criada a alínea h, atendendo,
113 portanto, a solicitação do conselheiro. No tocante ao aporte de recursos pra manutenção das
114 bacias hidrográficas, ele sugere que o mesmo ficasse como um ponto de pauta a se discutir em
115 uma próxima reunião. Quanto à questão da renovação das espécies por conta do seguro defeso,
116 confessa que apesar de ser a sua primeira atuação como presidente deste conselho, foi trazido
117 com surpresa a ausência de algumas atribuições e de que forma esse conselho vinha atuando, ao
118 considerar sua experiência de atuação junto ao conselho estadual de meio ambiente. O Sr. Iloé
119 Azevedo pediu a palavra e ressaltou que qualquer infração ou qualquer impacto ambiental afetaria
120 direta ou indiretamente os recursos hídricos, quer fosse um desmatamento, uma queimada ou uso
121 inadequado do solo com poluição através de fertilizantes tais práticas afetariam os recursos
122 hídricos. Entende então, que a iniciativa de juntar, de fazer integração através dessa resolução vem
123 pra suprir a deficiência que tem a própria SEMAS em fazer a gestão da união desses dois
124 sistemas. Pondera, no entanto, que se as leis desse sistema não atendem a necessidade de
125 integração dessas políticas, elas precisam mudar e a proposta de mudança pode começar pela
126 atuação do Conselho. Gláucio Ilan Oliveira Torres— conselheiro suplente do SINDIAMBIENTAL
127 pontua a ausência do conselheiro Charles Cardoso que atua a frente da criação do Comitê de
128 Bacia do Rio Marapanim e que apresenta dificuldade em participar por falta de condições
129 financeiras pra estar presente nas reuniões do Conselho, mas declara que fica feliz em saber que
130 vai se votar no regimento interno um anseio antigo, que diz respeito a um aporte financeiro para
131 custear diárias e passagens de representantes da sociedade civil que residem no interior do Estado
132 para viabilizar sua participação em reuniões e capacitações voltadas para os conselheiros,
133 ressaltando que tal medida será um ponto bem positivo para o conselho, visto que não se tinha no
134 regimento interno vigente. Ele faz duas pontuações, começando pelo art. 3 da Resolução Nº 16, de
135 22 de março de 2018, ao se referir à interferência do Conselho nos comitês de bacias,
136 questionando sobre como seria essa forma de intervir, entendendo estar a proposta muito aberta,
137 sugerindo, portanto, disciplinar de uma forma mais concreta essa intervenção. O Conselheiro
138 também destaca no art. 10, da Instituição do Comitê de Bacia, que o mesmo não apresenta uma
139 certa urgência para aprovação desses colegiados, como, por exemplo, a aprovação numa reunião
140 extraordinária para não haver muita morosidade na espera de uma reunião ordinária, mas apenas
141 afirma que o comitê poderá ser aprovado pelo conselho, sendo, na sua opinião, razoável
142 especificar prazo para que essa criação ocorra de fato, independente de mudança de diretriz da
143 gestão ambiental, até porque outros comitês vão surgindo e sua efetivação deve ser garantida. **O**
144 **Presidente do Conselho Thales Belo** respondendo às questões levantadas, afirma sobre a
145 questão da intervenção, que o CERH tem caráter consultivo e deliberativo e delibera a partir do
146 momento que aprova sobre essa resolução, havendo um regimento que aponta os atos dos
147 Conselheiros e que não se faz uma resolução de forma isolada, mas de forma integrada. Ele
148 continua sua fala informando que se tem uma proposta de uma resolução que foi aprovada ad
149 referendum, que foi revisada pelo Núcleo de Estudos Legislativos e pela Procuradoria Geral do
150 Estado e que na aprovação houve impedimentos de colocar na resolução a forma integrada de
151 atuação entre os Sistemas Estaduais que envolvem tanto o Meio Ambiente quanto os Recursos

Hídricos, e que foi apontado pela Conselheira Grace Kelly e pelo Conselheiro Carlos Alberto do Amaral da CEPAPA a necessidade de retirar da ementa o texto SISEMA que integra os 02 (dois) sistemas. Assim, após toda essa exposição, ele abre para a votação as duas propostas, na qual a primeira representava manter o texto da forma como estava, obtendo-se o voto de apenas um conselheiro. Em seguida, ele coloca em votação a proposta de reduzir e retirar a vinculação da integração dos dois sistemas, a qual obtem-se o voto da grande maioria (16 conselheiros). Com o resultado, ele informa que por maioria dos votos, o texto da ementa da resolução será reformulado e formatado como proposto na segunda demanda. A seguir, **o Presidente do Conselho Thales Belo** faz referência ao artigo 13, no qual foi proposta alteração pelo Conselheiro Amaral e que se chegou a uma nova redação, onde na alínea g) fosse incluído o uso aquicultura ao lado de pesca, e fosse criada a alínea h) para comportar os usos turismo e lazer. Ele, então, colocou para deliberação, e com a grande maioria dos votos dos conselheiros (16 votos) foi aprovada a proposta de modificação no texto. Na tentativa de se fazer mais uma alteração do artigo 13, o **Sr. Jorge Luiz Botelho Soares - Conselheiro Titular da FAEPA** afirma considerar importante no segundo item na parte da pesca e aquicultura se acrescentar o termo agricultura, argumentando que hoje se tem um crescente uso da tecnologia de irrigação, sendo, portanto, importante mencionar o termo agricultura. Como resposta a essa recomendação, **O Presidente do Conselho** adverte que pode haver outros setores a serem acrescentados, e sugere que se finalize o artigo 13, acrescentando na alínea h) ao lado dos usos turismo e lazer, a expressão “e outros usos não consuntivos”, proposta esta acatada por unanimidade, atendendo o termo agricultura como foi proposto pelo Conselheiro. No que se refere aos pontos levantados pelo conselheiro Gláucio, o Sr. Presidente do Conselho Thales Belo abriu para a discussão o artigo 3º referente à intervenção do CERH no comitê de bacia hidrográfica, havendo apenas uma ressalva pelo **conselheiro Giovanni Penner** de que o tema já havia sido bem debatido na CTIL e já bem definido na legislação e nos demais atos. Assim, o tema foi colocado para votação, com as propostas de manter ou alterar a redação como constava na resolução, havendo como resultado 15 (quinze) votos favoráveis para manter a palavra intervir. O outro ponto levantado, concernente ao artigo 10º que afirma que os comitês de bacias podem ser aprovados, mas que não considera o tempo de aprovação, **O Presidente do Conselho Thales Belo** argumenta que o Conselho tem caráter de deliberação para convocar reunião Ordinária ou Extraordinária, e coloca para decisão dos conselheiros a posição de inserir ou não a aprovação em reunião extraordinária. Com essa abertura de fala, dois conselheiros se manifestam favoráveis à manutenção do texto na referida resolução, a saber, o **Sr. Haroldo Bezerra - Conselheiro suplente** da CPH e o **Sr. Valdinei Mendes da Silva – conselheiro titular do IFPA**. Em seguida, **o Presidente** coloca para votação o artigo 10º, havendo uma grande maioria de votos (16 membros) favoráveis à manutenção do texto que deixa a critério deste Conselho fazer a proposta de pauta de reuniões extraordinárias e até mesma ordinária. E, finalmente, **o Presidente do CERH Thales Belo** ao questionar a existência de mais alguma questão a ser colocada em votação pela plenária e não haver posicionamento de possíveis restrições, colocou em votação a Resolução nº 16, obtendo como resultado a aprovação pela maioria dos conselheiros, especificando que a referida Resolução vai estabelecer diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Tal aprovação é comemorada com uma salva de palmas pelo público presente. **O Presidente do Conselho Thales Samuel Belo** em seguida aprova a revisão do “Regimento Interno do Conselho Estadual dos recursos hídricos do Estado do Pará-CERH”. Onde é discutido alguns pontos sobre a participação de membros que moram fora da sede, em relação aos custos na participação em eventos externos. **Valdinei Mendes da Silva – conselheiro titular do IFPA** discute sobre as reuniões que são restritas e tem pouca visibilidade para a sociedade civil, sugere a necessidade de visibilidade do Conselho, que poderia ser incluída uma ferramenta de transmissão da reunião, o que estimularia a participação dos representantes da sociedade civil e demais representantes. Tal proposta foi , e da própria presença dos Conselheiros sugeriu que a proposta das reuniões ao vivo.

O Conselheiro Carlos Amaral discute sobre o Artigo 5º do referido Regimento Interno afirmando que compete à presidência “submeter à apreciação do Plenário o calendário das atividades e o relatório anual do Conselho”, questiona sobre a atuação da SEMAS no gerenciamento das ações do CERH, diz que ocorre o pleno funcionamento do Conselho apenas nas reuniões, sendo que o Conselho possui uma atuação continuada, para além das reuniões, e então sugere a criação do

207 calendário anual das atividades, com uma sala à disposição para que os conselheiros se apropriem
208 e desenvolvam suas competências **O Presidente do Conselho Thales Belo** menciona sobre a
209 viabilidade trimestral de atividades pautada no artigo 11º, ressaltando que já existe uma viabilidade
210 trimestral de reunião, e relata que tem como proposta disponibilizar uma sala que fica ao lado da
211 sala do COEMA para funcionar como sala de Secretaria Executiva do CERH para que os
212 conselheiros possam ter um suporte de alocação e análise de processos com acesso as ATAS,
213 onde deverá ter um profissional que faça as publicações, encaminhe as atas de atuação aos
214 Conselheiros, e que isto hoje está sendo gerido pela SEMAS, através da Secretária Adjunta de
215 Recursos Hídricos, mas que deveria haver uma secretária executiva específica para fazer
216 atendimento aos Conselheiros. Comenta sobre as metas do PROGESTÃO que precisam ser
217 aprovadas por este Conselho para o próximo semestre, o que deve ser pauta para uma próxima
218 reunião. Neste momento, **o Presidente do Conselho Thales Belo** passa para a deliberação e
219 coloca em pauta a portaria que vai homologar o Regimento Interno do Conselho Estadual do
220 Recursos Hídricos do Estado do Pará, com avaliações e propostos executados por Câmara
221 Técnica de atuação jurídica institucional que foi submetida a esta plenária, repassa este ato a
222 todos Conselheiros presentes pedindo que levantem a mão a item de voto, aqueles que concordam
223 com a integralidade daquilo que foi trazido enquanto regimento interno para ser utilizado e balizado
224 nos demais eventos e reuniões. Por unanimidade o Conselho vota e homologa o Regimento Interno
225 do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos-CERH no Estado do Pará. Por maioria dos votos
226 considera-se aprovado o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Recursos hídricos-CERH no
227 Estado do Pará. Tal aprovação, foi comemorada com uma salva de palmas pelo público presente.
228 Em seguida, **a Secretária Executiva Verônica Bittencourt** faz a solicitação de indicação de dois
229 conselheiros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para compor o Conselho Estadual de
230 Saneamento via Decreto Estadual que será instituído, e coloca à disposição da plenária para
231 manifestação de quem gostaria de participar do Conselho Estadual de Saneamento, havendo a
232 confirmação dos conselheiros titulares Valdinei Mendes da Silva do IFPA e Solange Valadares Dias
233 do CODESEI. **O Presidente do Conselho Thales Belo** sugeriu a realização de uma próxima
234 reunião extraordinária do CERH, com a proposta de viabilizar a presença da Consultoria Jurídica
235 do Estado para dar suporte nesta reunião na análise dos processos, e sugeriu a data do dia
236 18/12/2018 às 9 horas, no auditório do CIMAM, o que foi acatado pela grande maioria dos
237 conselheiros. Em seguida, **a Secretária Executiva Verônica Bittencourt** faz os informes de que a
238 Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental está finalizando a resolução para instituir o
239 Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos, ressaltando que esse plano será um
240 importante instrumento para o Estado do Pará e que vários Estados do Brasil já aprovaram os
241 seus. Reforça que na próxima reunião será um ponto de pauta e que a minuta do documento será
242 encaminhada a todos com antecedência. **O Conselheiro Suplente Leonardo Bello da SEDOP** faz
243 a sugestão de que sejam confeccionados crachás identificando os Conselheiros, e que os
244 representantes do CERH sejam preferencialmente servidores efetivos. **O Presidente do Conselho**
245 **ao concordar com a proposta do Conselheiro Leonardo Bello**, de que no regimento interno conste
246 que os representantes de órgãos públicos sejam preferencialmente representados por servidores
247 efetivos visando uma continuidade nesse trabalho, coloca em votação à plenária esse item,
248 obtendo como resposta a aprovação da maioria dos votos dos conselheiros para essa inclusão no
249 regimento. **O conselheiro Valdinei da Silva do IFPA** faz a sugestão da divulgação de um boletim
250 de informações que seja diretamente relacionado ao Conselho. **O Presidente do Conselho Thales**
251 **Belo** passa a fala à Secretária Verônica Bittencourt para que ela destaque os principais projetos
252 que estão em trâmite na Secretaria adjunta de Recursos Hídricos, a qual discorre sobre esses
253 projetos e avisa que serão apresentados com detalhes no próximo dia 18. Inicia discorrendo sobre
254 o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que começou o trabalho em julho, e que são mais de três
255 milhões e meio para sua elaboração e que está sendo acompanhado pela Câmara Técnica do
256 Plano Estadual de Recursos Hídricos - CTPERH. Continua apresentando outro trabalho
257 importantíssimo que a equipe da Diretoria de Recursos Hídricos está desenvolvendo ativamente
258 que se refere à elaboração do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH-PA);
259 Assim como o projeto de Monitoramento da qualidade da água do Estado que afirma ter uma
260 importância enorme, o qual está em fase de finalização da contratação da empresa que priorizará
261 algumas áreas do Estado e onde a Região Metropolitana de Belém foi priorizada como uma área

262 de investimento do monitoramento da qualidade da água, salientando que essa questão é muito
263 incipiente no Estado, e foi que firmado um acordo com o LACEN (Laboratório Central do Estado),
264 que é o único laboratório credenciado no Pará onde serão feitas as análises. Além dos projetos
265 citados, **a Secretária Executiva Verônica Bittencourt** admite que há outros projetos em
266 andamento e que estão sendo discutidos no âmbito das câmaras técnicas e que precisam ser
267 apresentados e acompanhados pelos conselheiros. Informa que o PROGESTÃO está no quinto
268 ano, e que é o último ano do Ciclo I sendo finalizado no mês de dezembro, e que na próxima
269 reunião do Conselho deve ser apresentado a todos os Conselheiros todas as metas cumpridas no
270 ano de 2018, pois somente com a aprovação da Agência Nacional de Água, após a aprovação no
271 âmbito do Conselho Estadual, é que se encerra o Ciclo I. Adverte que a ANA já tem o Ciclo II, que
272 será mais uma fonte de recursos para apoio aos Estados e por solicitação do governador que deve
273 encaminhar um documento para ANA solicitando para assinar o contrato do Ciclo II. Ressalta ainda
274 que é uma fase importante para os Conselheiros que devem conhecer e se apoderar para que a
275 próxima gestão continue o trabalho que está sendo realizado com o PROGESTÃO. **O Conselheiro**
276 **Carlos Amaral** aconselha que num próximo orçamento seja pensado uma proposta de rubrica ou
277 logística financeira que possa dar maior viabilidade no atendimento das necessidades do Conselho
278 e até mesmo dos comitês de bacias que estão surgindo, buscando viabilizar a participação de seus
279 membros. **O Conselheiro Suplente Leonardo Bello** faz um informe sobre um estudo que aponta
280 um modelo de indicador de impacto urbano em bacias urbanas que poderá apresentar aos
281 conselheiros, além de informar que tentará uma aproximação com a FAPESPA, na tentativa de
282 fechar um acordo de cooperação técnica, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em
283 Desenvolvimento e Meio Urbano que ele coordena, visando viabilizar um programa de capacitação
284 para os servidores do Estado e que vai atender inclusive membros do CERH. **O Presidente do**
285 **Conselho** faz considerações que uma proposta de programa de capacitação vai ser muito
286 relevante para atender o órgão licenciador e outros órgãos do Estado e que o resultado do trabalho
287 sobre modelo de indicador de impacto urbano pode ser trazido e apresentado ao Plenário e deve
288 ser colocado como sugestão de pauta para apresentação num melhor momento. Após isso, **O**
289 **Presidente do Conselho Thales Samuel Matos Belo** declara encerrada a VII REUNIÃO
290 EXTRAORDINÁRIA DO CERH-PA.

Thales Samuel Matos Belo
Presidente

Verônica Jussara Costa Bittencourt
Secretária Executiva